

## Protocolo 24: 21.867/2020

**De:** Clelia S. - SPU - CEIV

**Para:** Representante: HARMONY OF THE SEAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA - contasapagar@alian

**Data:** 18/12/2020 às 17:53:25

**Setores envolvidos:**

SGA - DEPE, SPU - DAP, SPU, SFA - CPD, SPU - CEIV, SPU - DAP - DIAP, SPU - DAP - ANL, SPU - DAP - ADM, SPU - CEIV - MEM

### Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)

Prezados,

segue o parecer 071.2020/CEIV da 1ª análise do EIV do empreendimento Harmony Of The Seas para providências.

Observar a LC nº 24/2018, art. 11:

§ 1º O EIV será arquivado definitivamente, na hipótese do empreendedor não prestar esclarecimentos, ou deixar de atender a qualquer das solicitações, num prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por igual período, mediante justificativa técnica, a contar do despacho da CEIV.

Atenciosamente,

**Clelia Witt Saldanha**

*Fiscal de Obras II - SPU*

*Matr 40.815/CREA 069078-6*

**Anexos:**

PARECER 071.2020 - Ed Harmony - 1ª Analise\_Prot 21.867.2020\_1DOC.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Clelia Witt Saldanha	18/12/2020 17:54:06	1Doc	CLELIA WITT SALDANHA CPF 801.XXX.XXX-34
Beatriz Nunes Vieira	19/12/2020 12:55:24	1Doc	BEATRIZ NUNES VIEIRA CPF 057.XXX.XXX-96
Taynara Trettin Campello	21/12/2020 07:25:47	1Doc	TAYNARA TRETTIN CAMPELLO CPF 024.XXX.XXX-96
Leandro Gzybowski da Silva	21/12/2020 09:03:49	1Doc	LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA CPF 044.XXX.XXX-8...
Gilberto Bianchini de Souza...	21/12/2020 11:13:34	1Doc	GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA CPF 081.XXX.XXX-...
Fabio Miranda Becker	21/12/2020 12:44:50	1Doc	FABIO MIRANDA BECKER CPF 983.XXX.XXX-72
Rafael Escobar de Oliveira	21/12/2020 13:32:04	1Doc	RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA CPF 914.XXX.XXX-3...
Maurino Adriano Vieira	21/12/2020 13:53:18	1Doc	MAURINO ADRIANO VIEIRA CPF 907.XXX.XXX-00

Para verificar as assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A2E8-3AFA-8776-11CA**



Assinado por 9 pessoas: CLELIA WITT SALDANHA, BEATRIZ NUNES VIEIRA, TAYNARA TRETTIN CAMPELLO, LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA, GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA, FABIO MIRANDA BECKER, RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA, MAURINO ADRIANO VIEIRA e MICHELA DENISE PARNO ALCANTARA LIMA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código A2E8-3AFA-8776-11CA

PARECER 071/2020 - CEIV

**PARECER 071/2020 - CEIV**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE**  
**VIZINHANÇA (CEIV)**

( X ) Primeira Análise – Parecer nº 071/2020-CEIV – 16/12/2020

**Processo Administrativo nº:** 21.867/2020 - 1DOC

**Projeto:** Ed. Harmony Of The Seas

**Área do lote:** 2.696,52 m<sup>2</sup> (área de matrícula); 2.163,678 m<sup>2</sup> (área real)

**Área construída (projetada):** 41.047,75 m<sup>2</sup>

**Número de Pavimentos:** 62 pavimentos

**Número Unidades Comerciais:** 24 salas comerciais (térreo)

**Número de Unidades Residenciais:** 90 unidades

**Projeção de atração do empreendimento:** população de 926 pessoas/dia

**Vagas de Garagem:** 68 vagas EPP (sub-solo), 384 vagas privativas, 04 vagas PNE, 01 vaga para carga e descarga e 19 vagas para motocicletas

**Endereço:** Avenida Atlântica, nº 1960, Ruas 51, 11, 15 e Avenida Central – Centro

**Uso:** Residencial e Comercial

**Zona:** ZACC-I-A – Zona de Ambiente Construído Consolidado Qualificado de Alta Densidade

**DIC:** 20.882 e 36.679

**Investimento previsto:** 41.047,75 CUB's

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.779, de 11 de fevereiro de 2020, que "Dispõe sobre a reformulação da Comissão Permanente de Análise de EIV - CEIV, e dá outras providências";

CONSIDERANDO o Despacho EIV nº 016/DEAP-SPU/2020, que encaminhou o Estudo de Impacto de Vizinhança para o empreendimento de uso residencial e comercial, denominado Ed. Harmony Of The Seas, requerido por Harmony Of The Seas Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda (CNPJ 21.784.552/0001-08), a ser implantado à Avenida Atlântica, nº 1960; Avenida Central, nº 140 e Ruas 51, 11 e 15 (DIC 20.882 e 36.979), no Centro, enquadrado no Art. 53, inciso II, da Lei Municipal nº 2.794/2008;

PARECER 071/2020 - CEIV

CONSIDERANDO o Despacho n.º 2, proferido no Memorando n. 29.756/2020, e o Despacho n.º 21, no processo n. 21.867/2020, ambos emanados do Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária;

CONSIDERANDO o projeto arquitetônico do empreendimento está em tramitação no Departamento de Análise de Projetos (vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária) sob o protocolo 2018007428;

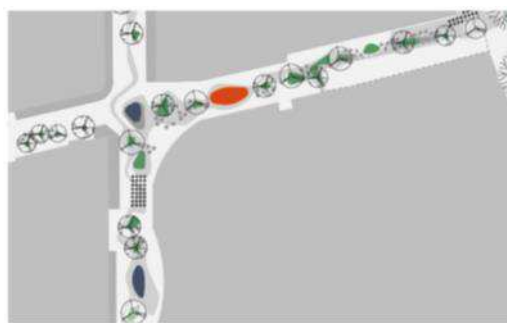
CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que a atuação da CEIV se restringe a mensuração dos impactos a serem gerados pelo empreendimento e suportados pela vizinhança de carácter meramente opinativo,

CONSIDERANDO que a Instrução Normativa 001/2019 – SPU orienta que anteriormente à distribuição do EIV para parecer da CEIV, o projeto deve ser analisado pela equipe técnica da Secretaria do Planejamento, devendo ser submetido à CEIV somente se estiver de acordo com a “legislação urbanística em geral”, o qual neste caso ocorreu em 16 de novembro de 2020,

**Após análise do Estudo de Impacto de Vizinhança apresentado, a CEIV faz as seguintes considerações:**

1. Apresentar o projeto arquitetônico, conforme prevê o art. 14, da LC nº 24/2018;
2. Apresentar cópia atualizada das matrículas do Registro de Imóveis, conforme prevê o item 2.1 do Termo de Referência (TR), anexo da LC nº 24/2018;
3. Identificar o responsável pela coordenação da equipe, os dados de contato de cada profissional e, apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou equivalente, de todos os envolvidos, conforme item 1.4 do TR;
4. Nos itens 2.1.1 e 2.2 do EIV, cita a área real do terreno de 2.163,678 m<sup>2</sup> e na “Tabela 2” cita que o “*Pavimento Subsolo – Esta. Público*” tem a área de 2.277,36 m<sup>2</sup>. Rever informação, pois a área do pavimento subsolo está maior que a área real do terreno;
5. No item 2.2 do EIV cita, no segundo parágrafo, que “*O empreendimento deverá inserir no contexto urbano referido, uma população máxima de 839 pessoas*”, porém na “Tabela 1”, demonstra o cálculo de um total de 926 pessoas. Rever;
6. Na “Tabela 2”, pág. 14, rever a informação da numeração dos pavimentos (47º Pavimento lazer 03,...50º Heliporto), considerando que o gabarito total é de 62 pavimentos, conforme citado na “Tabela 3”;
7. Ainda no item 2.2 do EIV:

- 7.1. No último parágrafo da pág. 14 cita “*O empreendimento inserirá um total de 68 vagas para o estacionamento público, 384 de vagas privativas (residenciais) além de vagas condominiais: 04 PNE, 19 motocicletas e 1 carga/descarga (Tabela 4)*”, já na “Tabela 4” o somatório do número de vagas não confere, tanto no EPP ( $49+8+1+2+7= 67$  ou  $68$ ) quanto nas privativas ( $285+60+36+4(\text{PNE})= 385$  ou  $384$ ). Rever e adequar as informações;
- 7.2. Na “Tabela 4”, em “Estacionamento de Uso Público”, deverão ser 04 (quatro) vagas para idosos; 2 (duas) vagas para PNE. Rever;
- 7.3. A vaga de carga/descarga na área condominial será utilizada pelas unidades comerciais do térreo? Se não for para uso comercial, prever vaga de carga/descarga no Estacionamento de Uso Público;
- 7.4. Prever área de embarque/desembarque (na área condominial e/ou no estacionamento de uso público, ou ainda, em local que melhor atenda os usuários;
- 7.5. Ao apresentar o projeto arquitetônico (como anexo) demonstrar em projeto todas as vagas, bem como, as vagas para bicicletas, esclarecendo onde serão alocadas (térreo/subsolo);
- 7.6. No item “2.2 Dimensionamento e Caracterização do empreendimento e atividade”, as diversas figuras apresentadas, para caracterização dos pavimentos, não estão legíveis, logo, impossibilitando a análise da caracterização. Ainda apresentar imagens demonstrando as fachadas do futuro empreendimento (3D), conforme item 2.2 do TR;
8. No segundo parágrafo da pág. 15, cita “*A proposta do empreendimento, com 52 pavimentos*” e na “Tabela 3” cita o gabarito total de 62 pavimentos. Assim como, também há divergência no número de pavimentos da torre. Corrigir;
9. No item 2.3, pág. 23, revisar a semântica do primeiro parágrafo “*O empreendimento possui para carros pela Rua 51 feito por portão eletrônico.*”;
10. Na pág. 26, rever a numeração do item “*Revitalização do calçadão existente e criação de um novo calçadão*”;
11. A proposta de revitalização do entorno (projeto, materiais, paisagismo, mobiliário, etc) deverá ser aprovada pela SPU;
12. As figuras 28 e 29, pág. 31, deverão ser apresentadas em formato legível, bem como rever a legenda da “*Figura 28. Layout do calçadão, com destaque para as Ruas 15 e Av. Central*”, pois foi apresentada uma figura com a interseção de duas vias, porém a Avenida Central e a Rua 15 são paralelas. Rever.



“Figura 28”

13. No item “2.4 Descrição das obras”:

13.1. Descrever o método construtivo e a estimativa de materiais a serem utilizados;

13.2. Apresentar projeto/croqui do canteiro de obras contemplando as cargas e descargas de materiais, concretagens (estacionamento dos caminhões bomba e betoneira), as áreas de vivência e de manobra dos equipamentos e máquinas;

13.3. Considerando que o mesmo possuirá subsolo, apresentar os métodos de rebaixamento de lençol freático e de contenção do solo para execução das fundações;

14. No item “2.4.6 Vedações” cita “planos de vidros”, ilustrar onde os mesmos serão usados e analisar se os mesmos impactarão a vizinhança;

15. Apresentar o “Cronograma Físico” das etapas de implantação em meses indicando a previsão de início. A implantação sendo realizada por etapas da execução, indicar prazo para cada etapa;

16. Apresentar levantamento topográfico/planialtimétrico da área do empreendimento, conforme item 2.6 do Termo de Referência (TR) da Lei Complementar nº 24/2018;

17. No item “2.8 Terraplanagem”, considerar no cálculo do volume a ser removido, aplicando o “fator de empolamento”, ou seja, calcular o volume de terra solta. Especificar como será realizado o transporte do volume de terra a ser removido (local de carga, volume de cada caminhão que fará o transporte, vias de acesso e escoamento, etc). Com relação ao bota fora, o empreendedor deverá dar a destinação adequada em local licenciado. Ainda, a execução da terraplanagem depende de autorização/licença da SEMAM;

18. As estimativas de demandas de consumo de água e energia elétrica deverão contemplar a fases de implantação e de operação (foram apresentadas somente de operação). Rever;

19. Apresentar as viabilidades de atendimento/fornecimento de energia elétrica (CELESC), de água e esgoto (EMASA) e da coleta de resíduos (AMBIENTAL);



PARECER 071/2020 - CEIV

20. O PGRS do empreendimento, apresentado no anexo B do EIV, é referente a um projeto de 46 pavimentos e 33.183,26 m<sup>2</sup>. Apresentar o PGRS atualizado (inclusive os volumes de resíduos), considerando que o empreendimento tem 62 pavimentos e uma área de 41.047,75 m<sup>2</sup>;

21. Para o item "2.9.1 Efluentes líquidos", apresentar a metodologia de cálculo e fonte dos coeficientes aplicados. Ainda, não foram considerados os volumes e os impactos dos resíduos líquidos da construção civil, apenas dos efluentes sanitários dos operários. Apresentar o volume estimado de efluentes líquidos a serem produzidos na obra e, medidas mitigadoras para não causar prejuízo ambiental no entorno (considerando as concretagens, lavagem de equipamentos e ferramentas, lavagem de pneus, etc);

22. Ainda, no item "2.9 Estimativas de Demandas e Produção de Fatores Impactantes", deverá abordar todos os itens do TR, incluindo o item 2.9.5. Efluente de drenagem e águas pluviais, indicando o volume, metodologia de cálculo utilizada para a demanda, destinação final e viabilidade de atendimento;

23. Ver primeiro parágrafo da pág. 49, apresenta "Erro";

24. No item "2.12 Sistema viário do empreendimento":

24.1. Corrigir o primeiro parágrafo em relação ao acesso de pedestres e veículos: "Os acessos ao empreendimento são realizados *para a Rua 11...*" e "acesso *a carros*", reformular as frases com as concordâncias corretas e claras;

24.2. Apresentar as informações dos "acessos ao empreendimento" de forma gráfica legível, visto que a "Figura 47" está ilegível, não sendo possível analisar com eficácia os acessos de pedestres e veículos;

24.3. Apresentar a localização dos acessos ao Estacionamento de Uso Público, demonstrando o acesso/saída dos pedestres e veículos;

24.5. Projetar extensão maior que um veículo em frente ao portão de entrada (área de acumulação) para faixa de acúmulo; Apresentar detalhamento com cotas (largura, comprimento, recuos do meio fio) da área de acumulação de veículos. O acesso e a saída de veículos se dará pelo mesmo portão? Qual a largura do acesso/saída?

24.6. Apresentar referência bibliográfica para as estimativas de geração de viagens e consideração (que cerca de 10% das viagens ocorrem em horário de pico - pg. 53, segundo parágrafo) citadas no EIV;

25. Em relação ao item 2.14 Geração de Emprego e Renda, conforme o Termo de Referência (anexo da LC nº 24/2018), para as fases de obras (implantação) e de operação, indicar os principais postos de trabalho a serem gerados e previsão de recrutamento de trabalhadores. Em caso de recrutamento de grupos de trabalhadores em outras cidades,

indicar previsão de alojamento/transporte, etc. Indicar a remuneração média prevista e se existem cursos de qualificação disponível;

26. Em relação à delimitação de AVD e AVI, rever a definição das mesmas, pois um dos fatores que implicam, por exemplo, é o sombreamento, que conforme demonstrado na "Figura 41" ultrapassa os limites da AVD. Ainda, especificar quais seriam os impactos indiretos, "*relacionados ao meio socioeconômico e infraestrutura urbana*" que levaram a definição da AVI. A CEIV entende que os impactos indiretos gerados pelo empreendimento, em relação ao tráfego, irão atingir uma área maior que a demonstrada na "Figura 49". Rever;

27. Quanto ao item "3.2 Aspectos históricos da vizinhança", a CEIV entende que poderá ser melhor detalhado, pois a região onde está prevista a implantação do empreendimento é uma área onde há aspectos históricos relevantes (em relação à lagoa, hotéis, etc);

28. Rever a afirmação do último parágrafo da pág. 60: "dentro das áreas de influência do empreendimento não foram identificados cursos d'água", considerando que existe dentro da área de influência o rio Marambaia (ainda que canalizado);

29. No item "3.3 Diagnóstico Ambiental" não foram abordados alguns temas (conforme o Termo de Referência) tais como: precipitação, dados de economia, sociedade e cultura;

30. Com relação ao item 3.6.3, rever a informação de que é de responsabilidade da autarquia da Empresa Municipal de Água e Saneamento EMASA, a administração e execução da varrição, capinação mecanizada e serviços gerais de limpeza, uma vez que não condiz com a realidade atual, pois a concessão é da Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda;

31. Ainda em relação ao item 3.6.3, a concessão dos serviços públicos de manejo dos resíduos sólidos no município é da empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda. Ademais, rever as informações dos horários e frequências das coletas, dados atualizados podem ser obtidos no site: <https://reciclabc.com.br/>;

32. Na pág. 76, corrigir último parágrafo: "*Erro!*";

33. Na pág. 77, rever a numeração do item "Sistema de drenagem e manejo de águas pluvial", bem como, indicar a viabilidade de atendimento ou se há alternativa para suprir a demanda pelo empreendimento;

34. No item "3.7 Equipamentos públicos de uso comunitário", pág. 79, quanto aos equipamentos de educação e saúde, indicar a viabilidade de atendimento ou alternativa para suprir a necessidade;

35. No item "3.7.4 Esporte e lazer", pág. 86, corrigir "*Erro!*";

36. Deverá abordar o item 3.5.6 do Termo de Referência (TR), tais como praças e



PARECER 071/2020 - CEIV

espaços públicos disponíveis na área de vizinhança;

37. No item 3.8. Avaliação de compatibilidade do sistema viário:

37.1. No segundo parágrafo do item “3.8.1 Sistema Viário”, rever a citação à “Rua 10”;

37.2. Atualizar as informações da “Figura 93. Tipologia da pavimentação das vias da AVI”, pois muitas vias citadas com calçamento já são pavimentadas com asfalto há mais de um ano;

37.3. Rever a hierarquia viária apresentada através da “Figura 94”, pág. 92, pois está em desacordo com o mapa de hierarquia viária do município, conforme Lei Municipal nº 2.794/2008. Apresentar o mapa de forma legível e atualizado;

37.4. Na pág. 93, sobre o conteúdo do terceiro parágrafo, atentar-se ao Decreto Municipal nº 4.020/2004;

37.5. Referente ao item 3.8.1.1, considerando que o empreendimento gerará viagens no modal cicloviário, como contribuirá para melhorar o Sistema Cicloviário (ciclofaixas/ciclovias) na AVI?

37.6. Conforme o Termo de Referência da Lei Complementar 24/2018, no item 3.8.2 do EIV, ilustrar a localização dos pontos/abrigos de passageiros e a distância ao empreendimento, assim como para os pontos de táxi;

37.7. Indicar o gabarito existente e projetado das vias, sentido do tráfego, indicação de vias projetadas, etc, de forma a cumprir com as exigências do item 3.6.1 do Termo de Referência (TR);

37.8. Ilustrar em projeto os locais em que serão instalados os paraciclos públicos e privados, como também os quiosques de manutenção rápida; . A instalação de placas e dispositivos de alerta sonoro é exigência legal, portanto não é medida mitigatória; isso também com relação às calçadas.

37.9. A “Tabela 27” no item 3.8.3.3 e a “Tabela 37” no 3.8.3.5.2 apresentam volumes de tráfego contraditórios, enquanto na primeira D1 + D2 somam 1515,5 UCP/h, na segunda (10 anos após, de 2017 para 2027) o valor que deveria ser maior, está menor: 855,2 UCP/h;

38. Em relação ao item “3.9 Leitura da Paisagem”, analisar a inserção do empreendimento na paisagem do entorno, apresentando imagens da simulação da inserção no edifício na vizinhança (imagens sem a inserção do edifício e com a inserção do mesmo);

39. No item “3.11 Dados demográficos”, atualizar para a população estimada pelo IBGE em 2020, indicar o incremento populacional no setor censitário onde será inserido o empreendimento;

PARECER 071/2020 - CEIV

40. No item “3.12 Aspectos Econômicos”, questiona-se se há dados mais atualizados que os apresentados, a CEIV entende ser grande a defasagem temporal dos dados apresentados, acabando por não retratar a realidade atual (PIB, etc);

41. Após a análise da Matriz Qualiquantitativa e medidas mitigatórias apresentadas, temos as seguintes colocações:

41.1. Os impactos descritos nos itens 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4.1 e nas Tabelas 51 e 53 deverão ter a mesma identificação (nomenclatura) em todas as citações correspondentes (na descrição dos impactos, na matriz qualiquantitativa e na tabela de resumo das mitigações). Por exemplo, na Tabela 53 apresenta o impacto “Sobrecarga no sistema de drenagem”, já na Tabela 51 (matriz) cita o impacto “Alteração na capacidade de absorção e permeabilidade do solo”. Revisar e adequar a descrição dos impactos;

41.2. As medidas mitigatórias deverão ser apresentadas numa TABELA RESUMO DE MITIGAÇÕES (item 4.1.3.1 do Termo de Referência, anexo da Lei Complementar nº 24/2018), com todos os impactos a serem mitigados, separados por fase (implantação/obra e operação). As medidas mitigatórias devem ser compiladas todas na mesma tabela (no EIV foram apresentadas medidas nos itens 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4.1 e na Tabela 53 – deverão ser unificadas as medidas para cada impacto);

41.3. O impacto “Alteração do escoamento superficial”, citado no item “4.3.4.1 Outras medidas mitigadoras” não consta na Matriz Qualiquantitativa;

41.4. O impacto “Alteração nos fluxos de veículos pesados”, na fase de implantação, irá além da AVD, pois a origem/destino dos mesmos ultrapassará o limite da AVD e, certamente da AVI. Rever área de abrangência. Ainda, a importância é alta, pois terá tráfego de veículos pesados nas principais vias do município (exemplificando, quantos caminhões que farão a carga de terra proveniente da escavação do subsolo, os quais trafegarão pela Rua 51, Av. Atlântica, Av. Alvin Bauer,...). Apresentar o “Programa de Sinalização Viária”, mencionado no item 4.3.2.5 do EIV. Nas medidas mitigadoras o uso do espaço público (mesmo que sinalizado) não pode ser citado como medida (trata-se de impacto);

41.4. O impacto “Alteração nos níveis de pressão sonora”, fase de implantação, possui expectativa **certa** de ocorrência, rever atributo;

41.5. Para o impacto “Alteração no fluxo de veículos”, justificar ser considerado “parcialmente reversível”. Ainda, rever as medidas mitigatórias apresentadas na “Tabela 53”, pois o Estacionamento Privado de Uso Público não pode ser considerado como mitigação, visto que o empreendimento está usando os benefícios (ex.: altura do embasamento) do art. 81, da Lei Municipal nº 2.794/2008. Assim como, a instalação de placas e dispositivos de alerta sonoro é exigência legal, portanto não é

medida mitigatória. A construção de calçadas no entorno não é considerada uma medida mitigatória para o impacto "Alteração no fluxo de veículos". Rever;

41.6. O impacto "*Alteração na qualidade do ar e suspensão de poeira*", fase de implantação, possui expectativa **certa** de ocorrência, rever atributo na matriz. Ainda, sobre a citação: "*Ressalta-se ainda que o terreno possui dimensões pequenas reduzindo a magnitude deste impacto*", a CEIV discorda, pois a área real do terreno é de 2.163,678 m<sup>2</sup>, não cabe a mitigação de 50% pelas medidas apresentadas. Rever;

41.7. O impacto "*Alteração na luminosidade e ventilação natural*", fase de operação, possui expectativa **certa** de ocorrência, rever atributo na matriz. Ainda, no item 4.3.3.7, para os impactos referentes à luminosidade (sombreamento) e ventilação cita medidas de caráter estético e paisagístico, tal como: "*Para a compensação destes impactos foi elencado Programa de integração do empreendimento a paisagem, utilizando-se de técnicas de paisagismo para melhorar a estética do empreendimento*". Rever medidas mitigatórias deste impacto, pois melhorar a estética do empreendimento não cabe como medida mitigatória para o impacto "alteração na luminosidade e ventilação natural";

41.8. No impacto "*Alteração na capacidade de absorção e permeabilidade do solo*", fase de operação, rever o atributo do prazo, pois o mesmo é permanente;

41.9. No impacto "*Alteração da paisagem*", rever o atributo da área de abrangência, pois cita como ADA, sendo que a influência atinge a AVD;

41.10. Para os impactos "*Geração de Efluentes sanitários*" e "*Alteração da qualidade dos recursos hídricos*", a ligação do esgoto hidrossanitário (banheiros) na rede pública não caracteriza uma mitigação de 50% e 80%, respectivamente, pois se trata de cumprimento de norma sanitária e, ainda sobrecarga ao sistema público. A CEIV entende que não cabe mitigação. Rever percentual de mitigação dos dois impactos;

41.11. Ainda, considerar os impactos dos resíduos (efluentes) líquidos da construção civil durante a implantação, a serem produzidos na obra e, medidas mitigadoras para não causar prejuízo ambiental no entorno (considerando as concretagens, lavagem de equipamentos e ferramentas, lavagem de pneus, etc);

41.12. Para o impacto "*4.3.2.7 Instabilidade geotécnica*", rever o percentual de 80% de mitigação, pois não foi apresentada nenhuma medida mitigatória efetiva, apenas cita que "*Medidas de prevenção devem ser adotadas*";

41.13. No item "*4.3.3.2 Consumo de água potável*", o último parágrafo ficou incompleto: "*Destaca-se ainda, que o empreendimento contará com*". Complementar;

PARECER 071/2020 - CEIV

41.14. No item “4.3.3.3 Consumo de energia elétrica”, rever a afirmação “Com a operação do empreendimento aumentará a energia elétrica”;

41.15. Explicar, de forma clara e objetiva, como se dará o impacto “alteração da qualidade dos recursos hídricos” na fase de operação;

41.16. Apresentar o “Programa de Melhoria nas Condições da Mobilidade Urbana” proposto no item 4.3.3.6;

41.17. Apresentar o projeto da revitalização das vias do entorno;

41.18. No item 4.3.4 cita “medidas de gestão aplicadas para mitigar, compensar os impactos”, corrigir retirando a palavra “compensar”, pois as medidas apresentadas são somente para mitigar. Assim como na descrição dos impactos nos itens 4.3.2 e 4.3.3 foram citadas algumas medidas de “compensação”. Rever, pois se trata de medidas de mitigação, conforme definições do item 4.1.3 do Termo de Referência;

42. Após os ajustes apontados acima, deverá ser apresentada a Matriz Qualiquantitativa com os ajustes e o Cálculo do Valor de Compensação.

As correções acima devem ser apresentadas através de ofício com respostas a cada item (se aprovadas, inseridas no EIV final) em uma via impressa e uma digital.

Ressaltando que a análise do Estudo de Impacto de Vizinhança não dispensa as demais licenças e autorizações cabíveis, é o que recomenda esta Comissão.

Balneário Camboriú, 16 de dezembro de 2020.

Michela Denise Parno Alcantara Lima  
Secretária

CLELIA WITT SALDANHA (presidente)

FÁBIO MIRANDA BECKER (membro)

MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO LENZI  
(Vice-presidente)

BEATRIZ NUNES VIEIRA (membro)

GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA (membro)

LEANDRO GRZYBOWSKI DA SILVA (membro)

TANYARA TRETTIN CAMPELLO (membro)

RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (membro)

MAURINO ADRIANO VIEIRA (membro)



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A2E8-3AFA-8776-11CA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ CLELIA WITT SALDANHA (CPF 801.XXX.XXX-34) em 18/12/2020 17:54:04 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BEATRIZ NUNES VIEIRA (CPF 057.XXX.XXX-96) em 19/12/2020 12:55:21 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ TAYNARA TRETTIN CAMPELLO (CPF 024.XXX.XXX-96) em 21/12/2020 07:25:43 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEANDRO GZYBOWSKI DA SILVA (CPF 044.XXX.XXX-84) em 21/12/2020 09:03:45 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ GILBERTO BIANCHINI DE SOUZA (CPF 081.XXX.XXX-57) em 21/12/2020 11:13:29 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FABIO MIRANDA BECKER (CPF 983.XXX.XXX-72) em 21/12/2020 12:44:45 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (CPF 914.XXX.XXX-34) em 21/12/2020 13:31:59 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MAURINO ADRIANO VIEIRA (CPF 907.XXX.XXX-00) em 21/12/2020 13:53:13 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MICHELA DENISE PARNO ALCANTARA LIMA (CPF 004.XXX.XXX-24) em 21/12/2020 16:58:08  
(GMT-03:00)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/A2E8-3AFA-8776-11CA>